

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
316.3eAR. f\*Por 46491  
BIBLIOTECA

# PORTUGAL SOCIAL de A a Z TEMAS EM ABERTO

*Organização de*  
José Luís Cardoso  
Pedro Magalhães  
José Machado Pais

Uma edição  
Comemorativa:



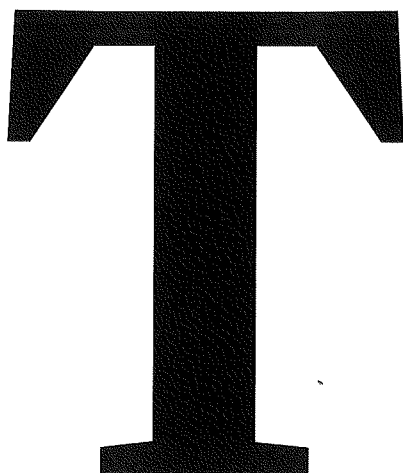
- 07 **NOTA DE ABERTURA.**  
JOSÉ LUÍS CARDOSO, PEDRO  
MAGALHÃES E JOSÉ MACHADO PAIS
- 09 **AMBIENTE**  
LUÍSA SCHMIDT  
Comentário: *Filipe Duarte Santos*
- 21 **BEM-ESTAR**  
JORGE VALA  
Comentário: *José António Pereirinha*
- 35 **CIDADANIA**  
FILIPE CARREIRA DA SILVA  
Comentário: *Elísio Estanque*
- 45 **DESENVOLVIMENTO**  
JOSÉ LUÍS CARDOSO  
Comentário: *João Ferreira do Amaral*
- 57 **EDUCAÇÃO**  
ANA NUNES DE ALMEIDA  
E MARIA MANUEL VIEIRA  
Comentário: *Eduardo Marçal Grilo*
- 70 **FAMÍLIA**  
KARIN WALL, VANESSA CUNHA  
E SUSANA ATALAIÁ  
Comentário: *Maria das Dores Guerreiro*
- 82 **GERAÇÕES**  
MANUEL VILLAVEVERDE CABRAL  
Comentário: *Ana Alexandre Fernandes*
- 94 **HISTÓRIA E MEMÓRIA**  
RUI RAMOS  
Comentário: *Pedro Mexia*
- 105 **IMPÉRIOS**  
NUNO GONÇALO MONTEIRO  
Comentário: *Pedro Cardim*
- 118 **JUSTIÇA**  
NUNO GAROUPA  
E SUSANA SANTOS  
Comentário: *António Araújo*
- 130 **KITSCH**  
JOSÉ MACHADO PAIS  
Comentário: *Maria do Carmo Serén*
- 141 **LAZERES**  
VÍTOR FERREIRA E RUI TELMO GOMES  
Comentário: *Vitor Belanciano*
- 154 **MIGRAÇÕES**  
JOÃO PEIXOTO  
Comentário: *Gilberta Pavão Nunes Rocha*
- 166 **NAÇÃO E NACIONALISMO**  
ANTÓNIO COSTA PINTO  
Comentário: *Nuno Severiano Teixeira*
- 177 **ORÇAMENTO DE ESTADO**  
PAULO TRIGO PEREIRA  
Comentário: *António Bagão Félix*
- 191 **POBREZA**  
CARLOS FARINHA RODRIGUES  
Comentário: *Manuela Silva*
- 206 **QUALIDADE DA DEMOCRACIA**  
PEDRO MAGALHÃES  
E LUÍS DE SOUSA  
Comentário: *Rui Tavares*
- 221 **RELIGIÕES**  
CRISTIANA BASTOS  
E JOÃO VASCONCELOS (ORGS.)  
Comentário: *José Tolentino de Mendonça*
- 233 **SEXUALIDADE**  
SOFIA ABOIM  
Comentário: *Michel Bozon*
- 245 **TERRITÓRIO**  
JOÃO FERRÃO  
Comentário: *António Manuel Figueiredo*
- 261 **UNIVERSIDADE**  
ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA  
Comentário: *João Lobo Antunes*
- 271 **VALORES**  
CÍCERO PEREIRA E ALICE RAMOS  
Comentário: *João Ferreira de Almeida*
- 285 **WEB**  
HERMÍNIO MARTINS  
E JOSÉ LUÍS GARCIA  
Comentário: *José Vitor Malheiros*
- 296 **XADREZ POLÍTICO**  
MARINA COSTA LOBO  
Comentário: *Vasco Barreto*
- 306 **YES! WE ARE! QUEM SOMOS?  
UMA IDENTIDADE NACIONAL**  
JOSÉ MANUEL SOBRAL  
Comentário: *Augusto Santos Silva*
- 319 **ZONA EURO**  
PEDRO LAINS  
Comentário: *António Afonso*
- 331 **BIOGRAFIAS**  
*Autores e Comentadores*

**Uma obra editada para:**  
Impresa Publishing | Expresso  
Rua Calvet de Magalhães, 242  
2770 – 022 Paço de Arcos  
www.expresso.sapo.pt

**Título:** Portugal Social de A a Z – temas em aberto  
**Organização editorial:** José Luís Cardoso, Pedro Magalhães, José Machado Pais

**Direção de Projetos Editoriais Impresa Publishing:** Henrique Monteiro  
**Direção Expresso:** Ricardo Costa  
**Direção de Marketing:** Mónica Balsemão  
**Gestora de Marca:** Susana Freixo  
**Revisão editorial:** Inês Versos  
**Apoio editorial:** Mafalda Vieira e Frederico Silva  
**Capa e paginação:** Rita Múrias e Paulo Barata Corrêa

**Impressão e acabamento:** Norprint  
**ISBN:** 978-989-20-4232-9  
**Depósito legal:** 365002/13  
Impresso em Outubro 2013



## Território

João Ferrão

**Território: entre a invisibilidade e dicotomias simplificadoras?**

É paradoxal que grande parte das análises sobre Portugal olhe para o país como um ponto. Muitos dos estudos sobre aspetos sociais, económicos, culturais e políticos consideram a realidade nacional como una e homogénea ou pressupõem, ainda que implicitamente, que a diversidade geográfica e as assimetrias territoriais não têm importância suficiente para justificar uma menção específica. Por desconhecimento ou irrelevância, nestes casos o território não existe.

Mas também paradoxal, face às múltiplas diferenciações que o território nacional possui, é o modo como três dicotomias – norte vs. sul; litoral vs. interior; urbano vs. rural – são sistemática e persistentemente utilizadas para caracterizar contrastes internos do país (continente), mesmo nos casos em que a cartografia dos aspetos em estudo dificilmente se ajusta a qualquer uma dessas partições. Por inércia ou incapacidade, uma conceção preexistente de território resiste, nestes casos, como referência organizadora de interpretações e juízos de valor, moldando interpretações não raro desmentidas por uma análise rigorosa.

É verdade que existem há muito estudos que efetuam uma análise mais fina da geografia nacional, a partir de conceitos tão diversos como região geográfica (Girão 1941; Ribeiro 1945), zonas homogéneas (Caldas e Loureiro 1966), região plano (Caetano 1967), sistema urbano e áreas polarizadas (Caetano *et. al.* 1970; Gaspar 1972 e 1975) e, mais recentemente,

*cluster* territorial (Lopes 2001; Chorincas, Marques e Ribeiro 2001), região urbana funcional (Figueiredo 2001; Ferrão, Rodrigues e Vala 2002) ou unidade de paisagem (Abreu, Correia e Oliveira, coord. 2004). Mas estas visões restringem-se a áreas particulares do conhecimento científico, sobretudo a geografia, a economia regional e a arquitetura paisagista, e a programas e planos públicos de domínios específicos, como o ordenamento do território, o desenvolvimento regional e rural ou a biodiversidade.

Nos discursos científico, político, mediático e popular nacionais, o território tende, assim, a oscilar entre a invisibilidade e interpretações excessivamente simplificadas. A primeira predomina em grande parte das ciências e das políticas setoriais, quase sempre silenciosas quanto à dimensão territorial. As segundas prevalecem nas notícias, nas conversas do dia-a-dia e na retórica de muitos decisores políticos, sobretudo dos que desenvolvem a sua atividade ao nível regional e local. Ser do norte ou do sul, do litoral ou do interior, da cidade ou do campo, suscita de imediato imagens e significados, muitos deles justificados no passado ou mesmo no presente, mas que tendem a ofuscar a existência de outras geografias, não necessariamente coincidentes com essas oposições e, em muitos casos, bem mais relevantes.

Importa, portanto, clarificar em que medida a consideração da diversidade e das assimetrias territoriais nos vários estudos sobre Portugal pode contribuir para melhorar a nossa capacidade de compreender o país e nele intervir. E importa, também, questionar as dicotomias persistentes norte/sul, litoral/interior e urbano/rural, não porque sejam inapropriadas mas porque, pela forma sistemática e acrítica como tantas vezes são utilizadas, correm o risco de fragilizar a análise de realidades crescentemente complexas e diversificadas e de empobrecer propostas de intervenção relativas a um mundo cada vez mais interativo.

### Século XXI: redescobrir a relevância do território?

Nos anos 90 do século passado e no início do século XXI, diversos autores anunciaram um 'mundo sem fronteiras' (Ohmae 1991), 'o fim da geografia' (O'Brien, 1992) ou um 'mundo plano' (Friedmann 2005). A irrelevância ou mesmo invisibilidade do território seria, afinal, a consequência natural do triunfo de uma globalização uniformizadora: diferenciações seculares do ponto de vista cultural, social e económico entre países e regiões estariam a esbater-se, conduzindo inexoravelmente a um mundo cada vez mais homogéneo.

No entanto, vários dos fenómenos que mais têm marcado as agendas política e científica do início do século XXI, ilustrados por exemplos tão distintos como a emergência da China e de outros países em vias de desenvolvimento, os impactes das alterações climáticas ou as ações de terrorismo internacional, contribuíram para dar uma nova relevância às análises territoriais efetuadas às mais diferentes escalas, da geopolítica internacional ao urbanismo de proximidade: redefinição dos fluxos globais de investimento, bens e pessoas; migração em latitude e altitude de espécies e pragas acompanhando a tendência de aquecimento global do planeta; multiplicação de soluções urbanísticas securitárias para os espaços públicos nas cidades; etc. Também ao nível das políticas públicas, o território tem vindo a ser salientado em instâncias internacionais (OCDE e União Europeia, por exemplo) como elemento integrador de diversas políticas setoriais com impacte potencial num mesmo espaço (região, cidade) e, por essa via, como fator de racionalização da ação pública.

Ao nível nacional, os primeiros anos do século XXI caracterizaram-se igualmente por dinâmicas territoriais intensas. Nuns casos, acentuaram-se tendências anteriores, como o envelhecimento e o despovoamento crescentes que se verificam em grande parte do país. Noutros casos, porém, parecem emergir novas tendências, cujos contornos territoriais não é ainda possível identificar com precisão.

Por exemplo, a reorganização territorial do estado, tanto na dimensão de reorganização administrativa do território (fusão de freguesias, reforço das comunidades intermunicipais, debilitação dos serviços regionais desconcentrados) como na componente de reorganização dos serviços públicos (racionalização das redes públicas de ensino, saúde, justiça e outros domínios do estado social através de encerramentos, fusões e privatizações), terá implicações importantes nas condições de vida das comunidades locais, nas necessidades de mobilidade e nas relações de interdependência entre diferentes lugares e mesmo regiões. Algumas dessas consequências são imediatas ou facilmente previsíveis. Outras, contudo, serão perceptíveis apenas a médio prazo, à medida que avançarem os vários processos de reorganização territorial do estado e se fizerem sentir os efeitos conjugados das alterações introduzidas.

Mais rápidas, intensas e visíveis são as consequências da atual crise, na verdade, uma sucessão de distintos acontecimentos: profunda perturbação do sistema financeiro global das economias mais avançadas, iniciada com a falência de algumas grandes instituições financeiras dos EUA

(2007/2008); choques económicos e sociais ocorridos nos anos seguintes em diversos países da Europa, com a crise das dívidas soberanas; e, finalmente, medidas de austeridade desenvolvidas como resposta a essa crise, com consequências negativas em termos de crescimento, emprego e nível de vida. Qual a incidência territorial dessas consequências? Será a vulnerabilidade à crise idêntica nas várias áreas do país, isto é, indiferente aos contrastes e assimetrias territoriais preexistentes a 2008, ano que marca o início da crise a nível internacional? Será que a geografia dessa vulnerabilidade coincide com uma ou várias das oposições tradicionalmente invocadas, ou seja, norte/sul, litoral/interior, urbano/rural? Ou será que, pelo menos nas manifestações que é possível hoje captar, essa geografia revela configurações espaciais específicas?

### **A geografia da crise: uma geografia (in)explicável à luz das dicotomias norte/sul, litoral/interior e urbano/rural?**

Para tentar responder às questões anteriores, analisou-se o modo como o impacte da crise se faz sentir ao nível dos 278 municípios do continente. Com esse objetivo, definiu-se um período de referência, 2005/2007, imediatamente anterior à crise, e um outro, 2009/2011, que corresponde à fase inicial da crise. Para ambos os períodos foram analisados dois conjuntos de indicadores estatísticos, relativos, respetivamente, às Famílias e às Empresas.

Com base nesses indicadores, foi possível cartografar a situação de partida (pré-crise), a evolução verificada entre os dois triénios considerados e a situação de chegada (fase inicial da crise). O mapeamento da situação de partida revela as assimetrias territoriais que caracterizavam o continente no triénio de referência (não existe informação estatística comparável para as Regiões Autónomas). O mapeamento da evolução ocorrida entre os dois períodos traduz, no essencial, a desigual vulnerabilidade dos vários municípios aos efeitos da crise. Finalmente, o mapeamento da situação de chegada permite detetar até que ponto as assimetrias territoriais definidas para a situação de referência terão sido afetadas pelos efeitos da crise.

Para todos os indicadores utilizados foi analisado o respetivo comportamento nos últimos dez anos, isto é, entre 2001 e 2011. Para a maior parte deles, é justamente durante o triénio 2009-2011 que se verifica uma desaceleração ou mesmo inversão face ao comportamento anterior. Esta tendência confirma que os valores médios calculados para este triénio refletem já os primeiros efeitos da crise e das medidas de austeridade entretanto adotadas. A sua comparação com os valores médios do triénio

2005-2007 representa, portanto, uma aproximação razoável aos efeitos recessivos da crise nos vários municípios do continente.

O bloco de informação relativo às famílias (10 indicadores) está estruturado em quatro componentes analíticas: dinâmica demográfica, emprego, rendimento e consumo. O bloco de informação respeitante às empresas (5 indicadores) inclui três componentes analíticas: investimento, criação de riqueza e demografia das empresas. Os indicadores considerados para cada uma das componentes do bloco Famílias e do bloco Empresas, e respetivas fontes, podem ser vistos no Quadro 1.

**Quadro 1** | Indicadores das Famílias e das Empresas por dimensões analíticas

BLOCOS DE INFORMAÇÃO	COMPONENTES ANALÍTICAS	INDICADORES	FONTE
FAMÍLIAS	<b>Dinâmica demográfica</b>	. Taxa de crescimento migratório (%)	INE
		. Taxa bruta de natalidade (‰)	INE
	<b>Emprego</b>	. Desemprego registado por indivíduo em idade ativa (>15 anos)	IEFP
		. % Desempregados registados há menos de 1 ano . % Trabalhadores por conta de outrem (TCO) com contratos a termo/prazo	IEFP MSSS/GEP
<b>Rendimento</b>	. Ganho médio mensal dos TCO . Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por 1000 habitantes >15 anos	MSSS/GEP MSSS/IESS	
<b>Consumo</b>	. Volume negócios de empresas de comércio a retalho por habitante	INE	
	. Veículos novos ligeiros de passageiros vendidos por 1000 habitantes . Compras através de terminais de pagamento automático por habitante	INE SIBS	
EMPRESAS	<b>Investimento</b>	. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) por habitante	INE
	<b>Criação de riqueza</b>	. Valor acrescentado bruto por habitante	INE
		. Volume de exportações por habitante	INE
<b>Dinâmica empresarial</b>	. Taxa de mortalidade das empresas (%)	INE	
	. Taxa de natalidade das empresas (%)	INE	

**Nota.** Todos os indicadores foram calculados para os períodos 2005/2007 e 2009/2011, exceto os seguintes:

- \* % Trabalhadores por conta de outrem (TCO) com contratos a termo/prazo (2005/2007 e 2009)
- \* Ganho médio mensal dos TCO (2005/2007 e 2009/2010)
- \* Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por 1000 habitantes >15 anos (2007 e 2009/2011)
- \* Taxa de mortalidade das empresas (%) (2005/2007 e 2009/2010)

Foi calculado um índice Famílias e um índice Empresas por município e por triénio, tendo por base um processo de agregação ascendente: normalização dos dados por indicador; cálculo dos índices parciais por componente analítica, correspondendo à média aritmética dos dados normalizados de três anos dos respetivos indicadores; e, por último, cálculo do índice final de cada um dos blocos (Famílias e Empresas) por média aritmética dos índices parciais das respetivas componentes analíticas.

Os resultados por município do índice Famílias e do índice Empresas relativos ao período pré-crise (2005-2007) foram agregados em três escalões: resultados em torno da média do continente, resultados menos favoráveis que a média (valores inferiores à média menos meio desvio-padrão) e resultados mais favoráveis que a média (valores superiores à média mais meio desvio-padrão). As Figuras 1 e 2 representam as situações de referência para as Famílias e para as Empresas no período imediatamente anterior à crise. Correspondem, portanto, ao mapeamento do ponto de partida e traduzem as assimetrias territoriais então existentes em termos de qualidade de vida das famílias e de desempenho das empresas.

A taxa de variação entre 2005/2007 e 2009/2011 dos índices finais do bloco Famílias e do bloco Empresas procura captar o que poderemos designar por efeito-crise. As Figuras 3 e 4 correspondem ao mapeamento do grau de vulnerabilidade de cada um dos municípios a esse efeito. Sendo verdade que a evolução ocorrida entre os dois triénios não pode ser exclusivamente atribuída à crise, não é menos certo que, neste contexto, esse será o fator que mais terá contribuído para a evolução verificada.

Finalmente, os resultados por município do índice Famílias e do índice Empresas relativos ao período inicial da crise (2009-2011) foram agregados de acordo com os escalões definidos para o triénio pré-crise (Figuras 5 e 6). O facto de se manterem os escalões do primeiro triénio permite identificar, por comparação com as Figuras 1 e 2, os municípios que mudaram de escalão entre os dois períodos. O objetivo, conforme referido anteriormente, é tentar verificar em que medida o efeito-crise alterou o padrão geográfico das assimetrias de qualidade de vida das famílias e de desempenho empresarial existente antes da crise.

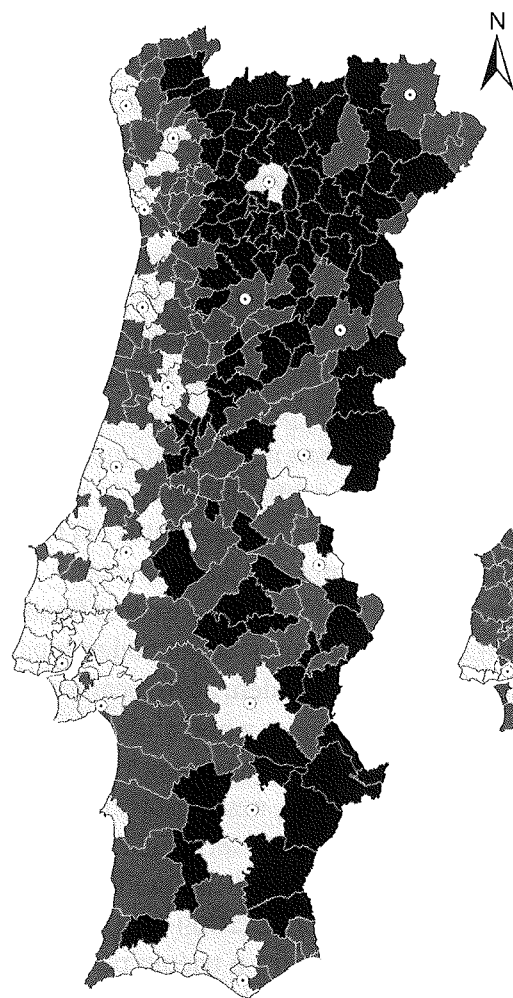
Que geografias é possível detetar nos vários mapeamentos efetuados?

Começamos pela situação de referência, isto é, o triénio imediatamente anterior à crise (2005/2007).

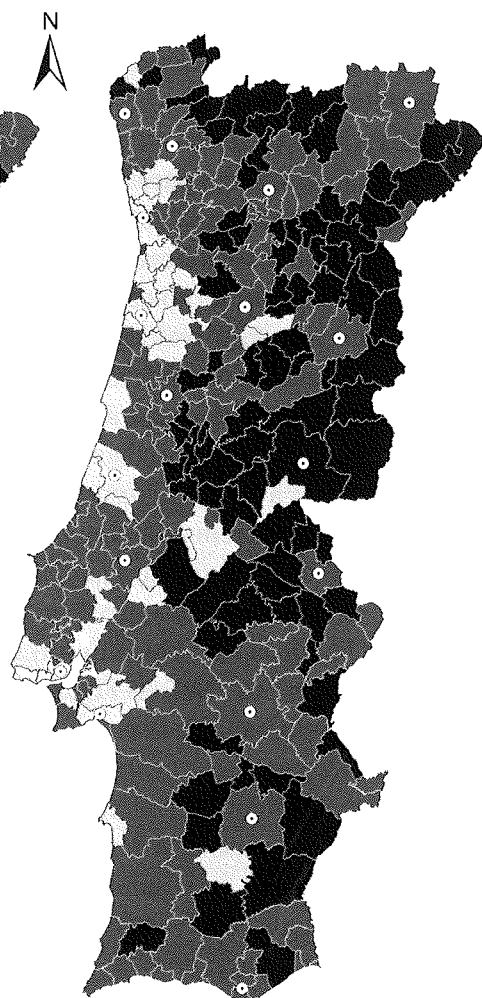
No que se refere ao índice Famílias, merecem destaque dois aspetos: concentração de situações mais favoráveis na área metropolitana de

A  
B  
C  
D  
E  
F  
G  
H  
I  
J  
K  
L  
M  
N  
O  
P  
Q  
R  
S  
T  
U  
V  
W  
X  
Y  
Z

**Figura 1** | Índice Famílias: situação de referência (triénio pré-crise 2005/07)



**Figura 2** | Índice Empresas: situação de referência (triénio pré-crise 2005/07)



Situação de referência 2005 - 2007

- Melhor que a média
- Média 2005-07
- Pior que a média
- Sede de distrito

Lisboa, Oeste (até Pombal), Lezíria, Algarve e generalidade dos municípios com cidades de grande ou média dimensão e, em alguns casos (Porto, Coimbra, Aveiro), concelhos contíguos já suburbanizados ou em suburbanização; concentração de situações mais negativas no Norte e Centro interior e ao longo de grande parte da raia.

No que diz respeito ao índice Empresas, e por comparação com o padrão geográfico do índice Famílias, realçam-se, pela positiva, o conjunto de municípios com forte presença industrial entre Braga e Anadia e, pela negativa, grande parte do setor sul e interior da Região Centro (zona do Pinhal, Beira Baixa) e os municípios mais a norte do Alentejo.

De uma forma geral, as assimetrias territoriais pré-crise contêm elementos das três oposições habitualmente invocadas, mas não podem ser explicadas exclusiva ou mesmo predominantemente por nenhuma delas. Contudo, a consideração conjunta de ambos os índices realça globalmente a existência de situações mais favoráveis em áreas urbanas ou urbano-industriais e, pelo contrário, situações mais desfavoráveis em municípios rurais do Norte e Centro interior e de grande parte do Alentejo. A geografia pré-crise reflete, em boa medida, a sociedade dualista caracterizada por Sedas Nunes (1964), agora num contexto reforçado de globalização: são os municípios com maior inserção nos mercados internacionais e em redes globais que tendem a revelar situações mais favoráveis em relação à média nacional (continente).

As Figuras 3 e 4, relativas à evolução dos índices Famílias e Empresas entre 2005/2007 e 2009/2011, identificam o impacto potencial dos efeitos da crise em cada um dos municípios.

No caso das Famílias (Figura 3), verificam-se situações de maior vulnerabilidade no Algarve e, secundariamente, na Península de Setúbal, na envolvente este e sul da área metropolitana do Porto e ainda em algumas subáreas do Oeste e do Alentejo.

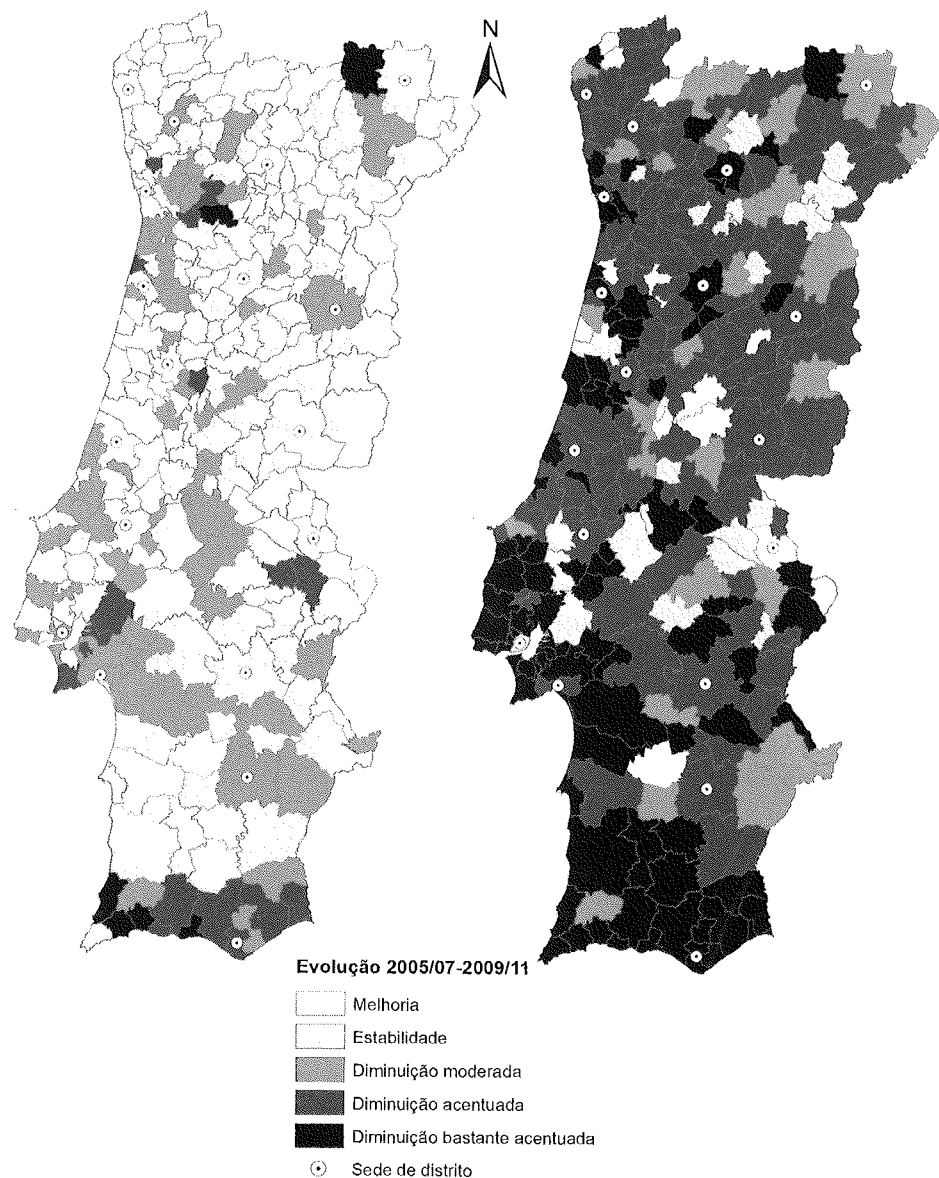
No que se refere às Empresas (Figura 4), os impactos são bem mais intensos, verificando-se uma incidência de situações de retração classificadas como «diminuição muito acentuada» em diversas áreas do continente, com destaque para a metrópole alargada de Lisboa, Algarve e Baixo Alentejo e, com manchas geograficamente mais contidas, área metropolitana do Porto, setor sul do distrito de Aveiro e eixo Figueira da Foz – Coimbra.

A leitura conjugada de ambos os mapas mostra que o impacto da crise se faz sentir com particular acuidade no Algarve e, secundariamente, na Península de Setúbal. Mas as situações de vulnerabilidade significativa repartem-se por municípios urbanos e rurais, do norte e do sul, do litoral e do interior.

Em que medida contribuíram as alterações ocorridas entre 2005/2007 e 2009/2011 para alterar o mapa das assimetrias territoriais identificado para o primeiro daqueles períodos, anterior à crise? As Figuras 5 e 6

A  
B  
C  
D  
E  
F  
G  
H  
I  
J  
K  
L  
M  
N  
O  
P  
Q  
R  
S  
T  
U  
V  
W  
X  
Y  
Z

**Figura 3 | Índice Famílias: evolução 2005/07 (2009/2011)**

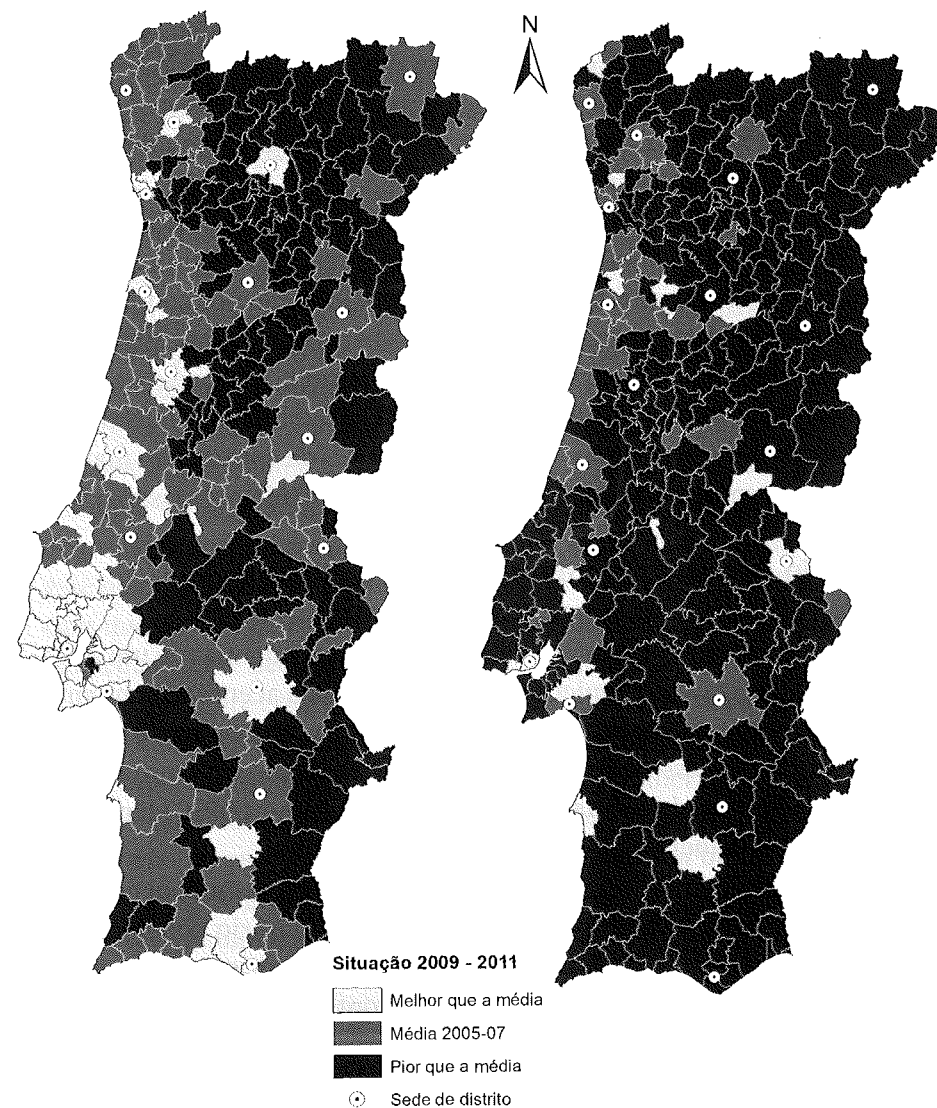


visam fornecer um primeiro conjunto de elementos de resposta a esta questão. Dado que se mantiveram em 2009/2011 os escalões utilizados para o triénio 2005/2007, a comparação das Figuras 5 e 1 (Famílias) e 6 e 2 (Empresas) salienta, sobretudo, a manutenção ou alteração de escalão por parte de cada um dos municípios por referência à situação pré-crise.

**Figura 4 | Índice Empresas: evolução 2005/07 (2009/11)**

**Figura 5 | Índice Famílias: fase inicial da crise (2009/11)**

**Figura 6 | Índice Empresas: fase inicial da crise (2009/11)**



No que diz respeito às Famílias, o mapa das assimetrias territoriais do período inicial da crise (Figura 5) não é muito distinto do que se identificou para o triénio pré-crise (Figura 1). Pela positiva, a área metropolitana de Lisboa e diversas cidades médias, porque detinham posições bastante mais favoráveis do que a média, mantêm, mesmo nos casos em que a incidência da crise foi relevante, uma situação cimeira no contexto

A  
B  
C  
D  
E  
F  
G  
H  
I  
J  
K  
L  
M  
N  
O  
P  
Q  
R  
S  
T  
U  
V  
W  
X  
Y  
Z

nacional. Pela negativa (descida para o escalão mais baixo), sobressaem concelhos rurais que estavam perto do limiar mínimo do escalão médio em 2005/2007 ou que sofreram um impacto da crise bastante superior à média: a consequência foi o alargamento das manchas que já antes do início da crise correspondiam às situações mais desfavoráveis, como sucede na zona do Pinhal, no norte-centro alentejano ou ao longo do Douro em direção à área metropolitana do Porto.

Pelo contrário, no que se refere às Empresas verifica-se um número muito significativo de municípios que baixam de escalão (Figura 6), reflexo de um retrocesso generalizado e bastante acentuado por comparação com a situação existente em 2005/2007. Neste contexto globalmente recessivo, e contrastando fortemente com, por exemplo, o Algarve e grande parte da área metropolitana de Lisboa e Oeste, é de sublinhar que muitos dos municípios da faixa litoral entre Valença e Leiria conseguem manter desempenhos empresariais idênticos à média do triénio pré-crise.

#### **Território, capacidade adaptativa e transformação: da geografia da crise à geografia da resiliência**

Os efeitos de um choque externo nas sociedades e economias de um dado território (país, região, município) serão tanto mais acentuados quanto mais expostas e sensíveis forem as estruturas sociais, económicas e institucionais existentes nesse território. Entender a exposição e a sensibilidade que caracterizam cada um dos municípios permite, portanto, identificar a sua potencial vulnerabilidade aos efeitos da crise.

A exposição relaciona-se com o grau de sujeição ou dependência face a contextos e circunstâncias externos ao território considerado. A retração de mercados de destino das exportações ou de origem de turistas, a contração de crédito internacional, a contaminação por produtos financeiros tóxicos globais ou a concorrência crescente de países com baixos níveis de salários e de regulação social e ambiental, ilustram situações de dependência em relação a fatores e decisões que são externos ao nosso país. Mas, do ponto de vista de uma região ou de um município, é igualmente importante a exposição a contextos e circunstâncias de âmbito nacional (medidas de austeridade, por exemplo).

A sensibilidade, por sua vez, prende-se com fatores internos ao território em causa, relacionados com as suas características. Face a um mesmo choque externo, e pressupondo níveis idênticos de exposição a esse choque, os territórios serão mais ou menos sensíveis aos seus impactes de acordo

com aspetos tão diversos como a estrutura social, demográfica e familiar, o capital social, o perfil de especialização económica, o tipo de tecido empresarial, a natureza do mercado de trabalho ou a qualidade das instituições.

O efeito conjugado da exposição e da sensibilidade permite explicar o grau de vulnerabilidade, atual e potencial, de um dado território. Em contextos de crise, é particularmente necessário diminuir, em simultâneo, os graus de exposição e de sensibilidade. Os territórios em que grupos sociais, indivíduos, empresas e instituições têm maior capacidade de absorver choques externos, resistir e recuperar, construindo novas dinâmicas de adaptação e transformação, serão mais resilientes. Pelo contrário, territórios com condições estruturalmente débeis do ponto de vista demográfico, social, económico e institucional terão grande dificuldade em superar, por si só e na ausência de mecanismos de reequilíbrio mais amplos, os efeitos negativos decorrentes da sua exposição e sensibilidade ao choque externo. Diminuir a vulnerabilidade através do aumento da capacidade adaptativa e de transformação é essencial em ambos os casos. Mas a forma de alcançar esse objetivo terá de ser diversificada e levar em conta as razões que explicam quer o tipo de exposição quer as condições de sensibilidade, aspeto particularmente decisivo para o desenho de políticas públicas adequadas.

A presente crise e subseqüentes medidas de austeridade podem ser consideradas, neste contexto e do ponto de vista das realidades municipais, como um choque externo. A geografia da vulnerabilização pela crise ao nível dos municípios do continente ganha, assim, em ser analisada à luz do tipo de exposição e de sensibilidade que cada um deles revela em relação a esse choque externo.

Por exemplo, municípios especializados em atividades com elevado grau de exposição à crise apresentam, como é natural, uma trajetória de desenvolvimento menos favorável. Compreende-se, pois, que grande parte do Algarve, uma região onde persiste uma economia muito dependente da construção civil, do imobiliário e do turismo, apresente resultados bastante desfavoráveis. Pelo contrário, municípios com empresas exportadoras para mercados não afetados pela crise ou com uma base económica menos aberta ao exterior e de natureza mais rural estão menos expostos aos efeitos imediatos da crise.

Do ponto de vista da sensibilidade aos efeitos da crise, é igualmente compreensível que os municípios que apresentam, em termos relativos, um desempenho mais positivo revelem uma maior presença de grupos sociais menos afetados pela crise ou com maior capacidade de amortecer



os seus efeitos. Municípios urbanos, com uma composição socioprofissional mais diversificada e qualificada, e municípios de industrialização rural difusa, com famílias extensas, formas de plurirrendimento e pluriatividade, incluindo produção alimentar para autoconsumo, e culturas locais de reciprocidade e entreatajuda, apresentam, ainda que por motivos muito distintos, uma menor sensibilidade relativa aos efeitos imediatos da crise. É o que sucede, por exemplo, em municípios com cidades médias, no primeiro caso, ou em parte da região do Noroeste, no segundo. Pelo contrário, municípios com forte presença de grupos sociais com baixos níveis de escolaridade e de qualificação, com problemas estruturais de inclusão social e precariedade laboral e dependentes de segmentos do mercado de trabalho em retração (construção civil, serviços desqualificados) evidenciam uma maior sensibilidade imediata aos efeitos da crise. Os municípios com áreas suburbanas desqualificadas, muitas vezes com uma presença significativa de comunidades imigrantes, ilustram esta situação. É o que ocorre, por exemplo, em parte da Península de Setúbal.

Não existe, contudo, uma relação determinística de causalidade entre os graus atuais de exposição e sensibilidade à crise e as trajetórias de desenvolvimento futuro. A capacidade de adaptação e transformação por parte das instituições, empresas, famílias e movimentos sociais será decisiva, podendo explicar a ocorrência de situações de declínio, de resistência ou de recuperação e antecipação de soluções futuras que surjam como surpreendentes ou mesmo contraintuitivas face aos resultados anteriormente expostos. Seria, aliás, política e socialmente inaceitável defender a inevitabilidade de qualquer isomorfismo entre a geografia da crise e a geografia da resiliência. Mas a construção desta última apenas será possível se olharmos para o país não como um ponto, mas como um território diversificado e assimétrico, e se conseguirmos entender as suas dinâmicas de desenvolvimento para além das – mas incluindo-as – oposições norte-sul, litoral-interior e urbano-rural.

## Referências Bibliográficas

- Abreu, A. Cancela de; Correia, T. Pinto e Oliveira, R. (coord.), 2004. *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* (5 vols.). Lisboa: DGOTDU.
- Caetano, M., 1967. «O Conceito de Região e a Região de Abrantes», *Revista Planeamento e Integração Económica*, Boletim do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, julho.
- Caetano, M.; Pinto, M. L. Vaz; Sousa, M. I. Neves de e Cunha, J. Correia da, 1970. *A Rede Urbana do Continente – Hierarquia e Funcionamento*. Lisboa: Centro de Estudos de Planeamento.
- Caldas, E. Castro e Loureiro, M. S., 1966. *Regiões Homogêneas no Continente Português*. C.E.E.A, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Chorincas, J.; Marques, I. e Ribeiro, J. Félix, 2001. «'Clusters' e Políticas de Inovação. Conceitos, Experiências Europeias e Perspetivas de Aplicação a Portugal», *Prospetiva e Planeamento*, 7: 43-104.
- Ferrão, J.; Rodrigues, D. e Vala, F., 2002. *As Regiões Metropolitanas Portuguesas no Contexto Ibérico*. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano.
- Figueiredo, A., 2001. «Uma Visão Espacial da Estratégia e das Prioridades de Desenvolvimento Económico e Social para Portugal», *Prospetiva e Planeamento*, 7: 13-41.
- Friedman, T. L. 2005. *The World is Flat: a Brief History of the Twenty-Century*, New York: Farrar, Straus & Giroux. Edição portuguesa: *O Mundo é Plano: uma Breve História do Século XXI*, Lisboa: Actual Editora (2005).
- Gaspar, J., 1975. «Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental», *Finistera*, vol. X-19: 107-152.
- Gaspar, J., 1972. *A Área de Influência de Évora. Sistema de Funções e Lugares Centrais*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Girão, A., 1941. *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense Editora.
- Lopes, R., 2001. *Competitividade, Inovação e Território*. Oeiras: Celta Editora.
- Nunes, A. Sedas, 1964. «Portugal, Sociedade Dualista em Evolução», *Análise Social*, Vol. II (7/8): 407-462.
- O'Brien, R., 1992. *Global Financial Integration: The End of Geography*. London: The Royal Institute of International Affairs.
- Ohmae, K. 1991, *Borderless World: Power and Strategy in the Interlinked Economy*. New York: McKinsey and Co.
- Ribeiro, O., 1945. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.